Apresentação

Juventudes e(m) povos indígenas: abordagens teórico-etnográficas sobre dinâmicas culturais, mobilizações políticas e dilemas sociais

Rebecca Lemos Igreja
Universidade de Brasília – Brasil

Assis da Costa Oliveira
Universidade Federal do Pará – Brasil

Buscamos nesse dossiê contribuir para ampliar o debate sobre "juventude" na contemporaneidade dos povos indígenas e das sociedades latino-americanas, trazendo estudos acadêmicos majoritariamente centrados no México, mas também na Argentina e no Brasil. Os textos aqui apresentados procuram problematizar as categorias "juventude" e "indígena" desde uma ótica interdisciplinar, com um olhar atento às transformações nos processos de socialização e nos modos de "fazer-se e ser jovem indígena" em cenários políticos, territoriais, sociais, econômicos e jurídicos marcados pelo tratamento desigual e excludente da diversidade étnico-cultural.

A abordagem do tema das juventudes indígenas traz vários desafios, entre eles, a necessidade de se repensarem as ferramentas científicas com as quais, normalmente, são analisadas as alteridades no mundo moderno. O tema requer novas metodologias e novas reflexões que abarquem um contexto mais amplo, muito além da comunidade. Exige uma maior reflexão sobre como os e as jovens indígenas são concebidos e se concebem no fluxo das relações sociais comunitárias e extracomunitárias, em um contexto contemporâneo de capitalismo global e de constante redefinição dos rumos dos Estados latino-americanos. E, finalmente, requer um posicionamento aberto do pesquisador para adentrar em um ambiente intercultural e tratar com sujeitos social e culturalmente ativos e epistemologicamente produtivos.

Como vivem as juventudes indígenas e quais são suas experiências socioculturais nas sociedades latino-americanas? Quais os desafios, os problemas e as ações políticas em que estão envolvidas? Como o Estado tem atendido suas demandas sociais e que impacto observamos de sua ação? Quais as lógicas de construções identitárias e de diálogos e conflitos intergeracionais? Como elaboram suas percepções políti-

co-identitárias e modos de socialização no espaço urbano e nas arenas de participação social? De que forma os aspectos geracionais interseccionam com raça, etnia, gênero, sexualidade, migração, entre outros aspectos, para situar a contemporaneidade do "ser jovem indígena"? Essas são as perguntas presentes em vários artigos desse dossiê.

O campo de estudo sobre juventude indígena está mais consolidado no México e no Brasil, nessa ordem, mas encontramos publicações e pesquisas esporádicas em países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Peru, segundo dados de pesquisa comparada desenvolvida por Kropff e Stela (2017). As pesquisas sobre jovens indígenas iniciam-se, de maneira mais estruturada, no México no ano de 1998 e se consolidam com maior intensidade de trabalhos e debates a partir de 2002 (Urteaga; García Álvarez, 2015). O tema ganha importância nesse momento pelas transformações nas estruturas comunitárias dos povos indígenas, frente a um processo massivo de migração, especialmente para as grandes cidades do país, resultante de políticas neoliberais que afetaram o México no final do século XX.

No Brasil, esse campo de estudo começa a se afirmar a partir de 2008, coincidindo com a mobilização social de jovens indígenas e a intensificação da atuação de agências indigenistas (Oliveira, 2017; Rangel, 2015), sobretudo a Fundação Nacional do Índio. Devemos destacar a importância da política de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras como elemento de mobilização dessa juventude.

Em todo caso, um ponto parece unir Argentina, Brasil e México em relação às juventudes indígenas: a importância na composição demográfica dos povos indígenas. Na Argentina, o *Instituto Nacional de Estadística y Censos* registrou um quantitativo de 955.032 pessoas oriundas de povos originários no censo de 2010, das quais 523.726 estão abaixo dos 30 anos, representando 54% do total, e na faixa etária de 15 a 29 anos de 26,4% ou 252.440 jovens indígenas (INDEC, 2010). O censo brasileiro de 2010 do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* identificou população de 896.917 pessoas indígenas, sendo que 27,05% dela é constituída por sujeitos inseridos na faixa etária legalmente definida como juvenil (15 aos 29 anos), correspondendo a 221.258 pessoas (IBGE, 2012). Por último, no México, o *Instituto Nacional de Estadística y Geografia* (INEGI, 2016), identificou a composição, em 2015, de população de 7.382.785 pessoas indígenas, dos quais 45,3% possuem menos de 30 anos, e, destes, 24,9%, ou 1.838.313 pessoas, têm entre 15 e 29 anos. Nesses países, a presença juvenil representa cerca de um quarto da população indígena, ou

seja, uma de cada quatro pessoas indígenas.

Por certo, a condição demográfica é um dos elementos que buscam justificar a importância do debate sobre o tema. Há muitas articulações possíveis na discussão das juventudes indígenas (no plural), com a emergência social decorrente de múltiplos fatores, tais como: o aumento da migração aos espaços urbanos, devido à crescente expulsão e/ou exploração dos territórios étnicos ou as dificuldades para acesso às políticas públicas básicas (saúde, educação, trabalho, lazer, moradia, etc.); a constituição de novas identidades sociais que descentralizam elementos teórico-metodológicos e político-organizacionais consolidados, como as perspectivas de reconhecimento identitário e das sociabilidades exercitadas em espaços pluriculturais; a produção de (novas) demandas indígenas relacionadas às questões geracionais, de gênero e sexualidade; e o acesso às informações e serviços, como as universidades, os meios de comunicação e as redes sociais digitais, que não apenas modificam os modos de fazer política indígena, mas de pensar a indianidade e o juvenil na (por vezes, tensa e conflitiva) interação entre conhecimentos indígenas e conhecimentos não indígenas, e nas relações sociais intra e intergeracionais.

As diversas configurações étnicas das juventudes também são desafios para (re) pensar as novas perspectivas dos sujeitos de direitos que emergem desses cenários, sobretudo quando relacionados à capacidade estatal de assegurar normativas e políticas públicas adequadas para tratamentos das especificidades que apresentam. Em especial, é preciso atentar para como as reivindicações políticas propõem novas formas de abordar os direitos indígenas, as políticas indígenas e indigenistas, em um cenário macrossocial de acirramento dos conflitos sociais e da globalização neoliberal.

Os textos do dossiê encontram-se divididos em quatro segmentos. Um primeiro é composto pelos artigos escritos por Maya Lorena Pérez Ruiz e Maritza Urteaga Castro Pozo, com base na discussão sobre os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos do *fazer pesquisa* na Antropologia sobre e com jovens indígenas.

Maya Lorena propõe a reflexão sobre os desafios que o campo antropológico enfrenta para criar uma "perspectiva própria" de investigação das juventudes indígenas. Uma perspectiva que exige a desnaturalização das categorias de análise trabalhadas e um olhar acadêmico que sempre localize os e as jovens como seres multidimensionais, constitutivos de uma realidade social total, caracterizada por relações de poder. Dentre as desnaturalizações necessárias, a autora destaca a necessidade de rever o caráter colonial e abstrato da categoria índio/indígena e, simultanea-

mente, o uso da idade como critério unitário de identificação do juvenil no étnico. Com isso, Maya propõe a valorização dos modos próprios como os povos entendem e definem a(s) identidade(s), entre elas a de jovem e de gênero, considerando as adoções ou adaptações decorrentes das relações extracomunitárias e de suas sociabilidades múltiplas.

O segundo artigo, de Maritza Urteaga, propõe uma autorreflexão sobre a experiência investigativa da autora com jovens indígenas na Cidade do México, com a finalidade de evidenciar as transformações nas formas de conhecer e de atuar antropologicamente no decorrer do tempo de trabalho de campo com eles. O foco é compreender como os giros epistêmicos da autora são frutos de suas reações às interpelações feitas pela contemporaneidade das juventudes nos povos indígenas, de modo a produzir novos marcos interpretativos da complexidade juvenil.

Um segundo segmento é composto pelos três artigos seguintes, escritos por Alejandro Vázquez, Cristina Oehmichen-Bazán e Rebecca Lemos Igreja. Os três artigos têm por aspecto comum de debate a análise dos modos de "ser jovem indígena" nos espaços urbanos mexicanos, considerando aspectos econômicos, territoriais, jurídicos, políticos e culturais.

O artigo de Alejandro Vázquez, terceiro do dossiê, aborda as trajetórias étnico-culturais de construção de um pertencimento comunitário "dentro" e desde a cidade, especialmente nas cidades de Querétaro e Santiago Mexquititlán, México. Inicia o seu texto analisando o percurso acadêmico mexicano de emergência da categoria "jovem indígena" e de suas articulações com o espaço urbano. Depois, fazendo uso da categoria "urbanígena", em que põe ênfase às implicações espaço-temporais da cotidianidade urbana nas populações indígenas, o autor identifica a intensidade das experiências interculturais vividas pelos jovens indígenas e dos imaginários relacionados à "busca pela cidade" e à "transgressão" dos sistemas normativos indígenas. Analisa, igualmente, os sentimentos ambíguos gerados com o retorno à comunidade de origem e as novas formas de manutenção de pertença étnica através do uso das redes sociais digitais.

O quarto artigo do dossiê, de autoria de Cristina Oehmichen Bazán, analisa a construção de alianças intergeracionais de adolescentes e jovens mulheres mazahua residentes na Cidade do México, com base nos aportes da teoria interseccional e do trabalho etnográfico realizado entre 1998 e 2004, depois retomado em 2018. A autora traz uma interessante discussão sobre a adolescência mazahua, resgatando o conceito de limiaridade, com ênfase na transição geracional e nos riscos e tensões

associados à sexualidade feminina. Destaca Cristina que a migração para o espaço urbano é vista como forma de proteção das violências e pobreza com recortes de gênero existentes nas comunidades. Porém, ao migrarem, as adolescentes mazahua ingressam em novas situações de discriminações e violências, que as levam a buscar espaços de resistência e fortalecimento, que lhes possibilitem proteção e desenvolvimento de suas atividades.

O quinto artigo, escrito por Rebecca Lemos Igreja, traz uma narrativa sobre o processo de constituição das organizações étnicas na Cidade do México, no qual a participação dos jovens indígenas foi fundamental. O conhecimento desse processo contribui para a compreensão de como as identidades étnicas são concebidas e reafirmadas no contexto urbano, em um intenso conflito com as estruturas do Estado e com a sociedade mais abrangente.

Os dois seguintes artigos do dossiê compõem um terceiro bloco de discussões que perpassam a análise da presença e atuação de jovens indígenas nos contextos argentinos e brasileiros, com ênfase nas relações, disputas e conflitos com e no Estado. O objetivo é colocar em discussão os construtos de nacionalidade, cidadania e território, como são confrontados e, por vezes, reificados, pelos processos político-culturais de mobilidade e mobilização de jovens indígenas.

O sexto artigo do dossiê, e primeiro desse bloco, é de Assis da Costa Oliveira, e objetiva analisar a mobilização social de jovens indígenas durante a 3ª Conferência Nacional da Juventude, realizada em Brasília, Brasil, com a finalidade de identificar as estratégias de ação política na interação com jovens não indígenas e a incidência dos direitos indígenas nas políticas de juventude. O autor ressalta, também, o modo como as relações de gênero são trabalhadas por jovens indígenas ao longo do evento e como suas estratégias políticas lograram a transformação da minoria fática de participantes indígenas em uma maioria juvenil de apoio às proposições indígenas, as quais interpelam o Estado à garantia de direitos coletivos dos povos indígenas, sobretudo o direito à terra.

O sétimo artigo do dossiê, escrito por Laura Kropff Causa, procura discutir as tensões geradas pela mobilidade de jovens Mapuche na província de Rio Negro, Argentina, com o Estado e nas relações entre campo e cidade. Para a autora, a mobilidade indígena é uma forma de contraposição à "metafísica sedentarista" historicamente manejada pelo Estado argentino para estabelecer o enraizamento botânico dos povos indígenas ao rural. A autora demonstra que atualmente tal mobilidade se caracteriza por práticas cotidianas estruturadas por fricções diferenciais produzi-

das na interseção entre idade, aboriginalidade e território, com especial análise às práticas de caça coletiva.

Com um último artigo, que constitui um novo bloco abordando o tema da educação indígena, voltamos ao México. María Amalia Gracia e Jorge E. Horbath trazem os resultados da pesquisa sobre o processo ensino-aprendizagem e a avaliação em escolas indígenas e comunitárias localizadas em áreas rurais do sudeste do México. O objetivo foi observar como esse processo se ajusta às necessidades dos estudantes e impacta sua aprendizagem. Como demonstram, o sistema e as avaliações implementadas não conseguem abordar os contextos específicos das realidades enfrentadas por essas modalidades educacionais.

Esperamos que os artigos desse dossiê possam contribuir para esse panorama maior da presença da juventude indígena no continente latino-americano. De forma especial, desejamos que os debates teóricos e metodológicos possam propiciar novas reflexões no campo da antropologia sobre a cultura e a identidade em um contexto de intensa modernização, de novas tecnologias, de novas ferramentas de comunicação, do qual os e as jovens, entre eles os e as jovens indígenas, são atores fundamentais.

Rebecca Lemos Igreja é antropóloga jurídica, professora do Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA e do PPG da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Membro do Conselho Superior Internacional da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Pesquisadora fundadora do Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais (Programa FLACSO/Brasil). Coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas – LEIJUS/UnB e do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil – MeCACB (CNPq/Brasil). ORCID: 0000-0002-9533-2985. Contato: rebeccaigreja@unb.br

Assis da Costa Oliveira é advogado, professor da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando pelo Programa de

Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB), com doutorado sanduíche no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Escola Nacional de Antropologia e História, México, com apoio da CAPES. Estágio como estudante internacional de doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Toronto, Canadá. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Bacharel em Direito pela UFPA. Membro do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, onde coordena o Grupo de Trabalho Direitos, Infâncias e Juventudes. Coordenador da Coluna Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens no Empório do Direito (https://emporiododireito.com.br). ORCID: 0000-0003-3207-7400. Contato: assisdco@gmail.com

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2012. *Censo Demográfico 2010:* Características gerais dos indígenas – Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). 2010. *Población indígena o descendiente de pueblos indígenas u originarios en viviendas particulares por sexo, según edad en años simples y grupos quinquenales de edad. Año 2010.* Buenos Aires: INDEC. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/indec/web/ Nivel4-Tema-2-21-99

Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI). 2016. *Estadísticas a propósito del Dia Internacional de los Pueblos Indígenas (9 de agosto).* México: INEGI. Disponível em: http://www.inegi.org.mx/saladeprensa/aproposito/2016/ indigenas2016_0.pdf

KROPFF CAUSA, Laura; STELA, Valentina. 2017. Abordajes teóricos sobre las juventudes indígenas en Latinoamerica. *Revista LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos,* v. XV, n. 1, México, p. 15-28.

OLIVEIRA, Assis da Costa. 2017. Mobilização social de jovens indígenas e a construção intercultural dos direitos da juventude no Brasil. Em: OLIVEIRA, Assis da Costa; RANGEL, Lúcia Helena. *Juventudes indígenas:* estudos interdisciplinares, saberes interculturais – conexões entre Brasil e México. Rio de Janeiro: E-papers. p. 53-77.

Rangel, Lúcia Helena. 2015. Políticas públicas e participação política: juventude indígena na cidade de São Paulo. Em: Victoria Alvarado, Sara; Vommaro, Pablo (Comps.). *En busca de las condiciones juveniles latinoamericanas.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, El Colef; Manizales: Universidad de Manizales; Sabaneta: Cinde. p. 167-225.

URTEAGA CASTRO POZO, Maritza; GARCÍA ÁLVAREZ, Luis Fernando. 2015. Introducción – Dossier: Juventudes étnicas contemporâneas em latinoamérica. *Revista Cuicuilco,* v. 22, n. 62, p. 9-35.